

Educação ético-estética em tempos de pandemia: conexões entre arteterapia e bem-estar humano

Ethical-aesthetic education in times of pandemic: connections between art therapy and human well-being

Educación ético-estética en tiempos de pandemia: conexiones entre arteterapia y bienestar humano

Patrícia Carlesso Marcelino*

Franciele Silvestre Gallina**

Alex Sander da Silva***

Resumo

O artigo tem como objetivo refletir acerca da noção de bem-estar humano, que evolui para a promoção da saúde e a adequação da vida social, o que necessariamente sugere uma mudança epistemológica. Propõe a arteterapia, no âmbito da educação ético-estética e das práticas integrativas e complementares em saúde, como possível referencial teórico e prático para a promoção do bem-estar das pessoas em tempos pandêmicos, o qual expõe fraturas sociais marcadas pela desigualdade econômica, por práticas excludentes, racistas e preconceituosas no trato com a vida humana. Assim, em um primeiro momento, contempla-se a temática da educação ético-estética em prol da saúde, para que se possa pensar o ser humano em sua integralidade. A seguir, com o intuito de valorizar tais reflexões, acrescenta-se ao tema um diálogo entre a arte e o cuidado humanizado, apontando a arteterapia como recurso expressivo terapêutico no contexto das práticas integrativas e complementares em saúde.

Palavras-chave: educação ético-estética; saúde; arteterapia; práticas integrativas e complementares.

Recebido em: 06/04/2021 – Aprovado em: 31/08/2021

<http://dx.doi.org/10.5335/rep.v28i2.12453>

* Doutora e mestra em Educação pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Graduada em Educação Física – Licenciatura Plena (UPF). Especialista em Docência na Saúde (UFRGS) e especialista em Atividade Física e Qualidade de Vida (UPF). Docente universitária desde 2007, atua nas áreas de Educação, Estética e Cosmética, Saúde e Educação Física. Coordenou os cursos de graduação em Educação Física Licenciatura e Bacharelado na Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), Campus Carazinho, RS, de 2011 a 2019. É terapeuta floral e *personal wellness* com ênfase em práticas integrativas e complementares em saúde (PICs), bem-estar, aromaterapia, terapias andinas e no atendimento especializado para pacientes oncológicos hospitalizados. Membro dos grupos de pesquisa GEPES, NEPEFE e Teoria e Prática Pedagógica (UPF). Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-9084-1182>. E-mail: patriciacarlessowellness@gmail.com

** Doutora e mestra em Educação pelo PPGedu da Universidade de Passo Fundo (UPF). Licenciada em Educação Artística, Habilitação em Artes Plásticas e Docente do curso de especialização em Arteterapia (UPF). Pesquisadora sobre Educação Ética-Estética em diversos espaços de sociabilidade. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2528-4674>. E-mail: franciele_82@yahoo.com.br

*** Pós-doutor pelo PNPd/Capes no PPGE/Unimep no núcleo de História e Filosofia da Educação. Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande de Sul e mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduado em Filosofia pela Universidade do Sul de Santa Catarina. Editor da *Revista Criar Educação* e professor do Programa Pós-Graduação em Educação pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (PPGE/Unesc). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0945-9075>. E-mail: alexanders@unesc.net

Abstract

The article aims to reflect about the notion of human welfare that evolves to the promotion of health and the adequacy of social life, which necessarily suggests an epistemological change. It proposes art therapy, in the scope of ethical-aesthetic education and integrative and complementary health practices, as a possible theoretical and practical reference for the promotion of people's well-being in pandemic times, which exposes social fractures marked by economic inequality, by exclusionary, racist and prejudiced practices in dealing with human life. Thus, in a first moment, the theme of ethical-ethical education in favor of health is contemplated, so that the human being can be thought of in its entirety. Next, in order to enhance such reflections, we add to the theme a dialogue between art and humanized care, pointing to Art Therapy as an expressive therapeutic resource in the context of Integrative and Complementary Health Practices.

Keywords: ethical-aesthetic education; health; art therapy; integrative and complementary practices.

Resumen

El artículo pretende reflexionar sobre la noción de bienestar humano que evoluciona hacia la promoción de la salud y la adecuación de la vida social, lo que sugiere necesariamente un cambio epistemológico. Propone la arteterapia, dentro de la educación ético-estética y de las prácticas de salud integradoras y complementarias, como una posible referencia teórica y práctica para la promoción del bienestar de las personas en tiempos de pandemia, que expone las fracturas sociales marcadas por la desigualdad económica, por las prácticas excluyentes, racistas y prejuiciosas en el tratamiento de la vida humana. Así, en un primer momento, se contempla el tema de la educación ético-ética a favor de la salud, para poder pensar en el ser humano en su totalidad. A continuación, para potenciar dichas reflexiones, añadimos al tema un diálogo entre el arte y los cuidados humanizados, apuntando a la arteterapia como recurso terapéutico expresivo en el contexto de las Prácticas de Salud Integradoras y Complementarias.

Palabras clave: educación ético-estética; salud; arteterapia; prácticas integradoras y complementarias.

Palavras iniciais

Poucos acontecimentos históricos podem ser comparados à situação da pandemia do novo coronavírus (Covid-19)¹, pelo menos na escala das últimas décadas, e que não deixa de ser uma certa tragédia, que agora se afigura como um grandioso teste para toda a humanidade. Para Butler (2020), o vírus por si só não discrimina, mas nós, humanos, certamente o fazemos, moldados e movidos como somos pelos poderes casados do nacionalismo, do racismo, da xenofobia e do capitalismo. Nesse sentido, a autora afirma que parece provável que passaremos a ver, no próximo ano, um cenário doloroso no qual algumas criaturas humanas afirmam seu direito de viver ao custo de outras, reinscrevendo a distinção espúria entre vidas passíveis e não passíveis de luto, isto é, entre aqueles que devem ser protegidos contra a morte a qualquer custo, e aqueles cujas vidas são consideradas não valerem o bastante para serem salvaguardadas contra a doença e a morte.

Sobre esse contexto, Santos (2020, p. 32) aponta que as pandemias mostram, de maneira cruel, como o capitalismo neoliberal incapacitou o Estado para responder às emergências, no entanto, é necessário que se faça uma nova articulação, uma espécie de viragem epistemológica, cultural e ideológica, capaz de sustentar as soluções políticas, econômicas e sociais que garantam a continuidade da vida humana digna no planeta. Essa mudança, segundo Santos (2020), tem múltiplas implicações: a primeira consiste em criar um novo senso comum, a ideia simples e evidente de que, sobretudo, nos últimos quarenta anos, vivemos em quarentena política, cultural e ideológica de um capitalismo fechado sobre si próprio e a das discriminações raciais e sexuais sem as quais ele não pode subsistir. O autor diz que a quarentena provocada pela pandemia é, afinal, uma quarentena dentro de outra quarentena, somente superaremos a quarentena do capitalismo, quando formos capazes de imaginar o planeta como a nossa casa comum, e a Natureza como a nossa mãe originária, a quem devemos amor e respeito. Ela não nos pertence. Nós é que lhe pertencemos.

Com base nessas premissas, constituiu-se um estudo qualitativo, caracterizado como bibliográfico, ancorado no método dedutivo-analítico, com o objetivo de refletir acerca da noção de bem-estar humano, que evolui para a promoção da saúde e a adequação da vida social, o que, necessariamente, sugere uma mudança epistemológica. Para realizar tal feito, teceu-se um olhar para a humanização do cuidado e para a concepção de corporeidade² em seu sentido amplo. Fez-se, nas reflexões que se seguem, uma tentativa de rompimento com uma visão mecanicista, instrumentalista, que, muitas vezes, concebe a pessoa de maneira fragmentada. Assim, seu fio condutor considera o ser humano de maneira multidimensional, aproximando as polaridades que o constituem, direcionando a atenção para a relação entre os processos artísticos, expressivos e terapêuticos e as práticas integrativas e complementares (PICs). Sua proposição é unir o sensível-inteligível que o pensamento técnico-instrumental separou, de modo a ser o sujeito capaz de agir no mundo, por meio de um sistema de observação apto a contemplar a inteireza da vida.

Nessa perspectiva de integralidade, trata-se a formação humana pelo viés de uma ótica trinitária: educação ético-estética, saúde e arte, explorando referências que possibilitem pensar a educação e o significado de formar gerações num contexto social, marcado por traços pós-metafísicos de pensamento, entrelaçados a aspectos metafísicos da formação humana. Tal configuração parece instaurar uma crise de sentido existencial, quando sujeitos, educados a partir de uma concepção pura-

mente materialista, no sentido meramente instrumental do termo, olhem para a saúde, somente quando essa estiver atingida em sua materialidade e configurada como doença. O desafio se dá em romper com essa tradição e lógica, uma vez que não fomos incentivados a prestar atenção nas mensagens que esse corpo emitiu por meio da psique e do espírito.

Assim, da trama entre as leituras feitas, emergiram reflexões inquietantes, que foram costuradas com fios tênues e que se apresentam em forma de discussão. Nesse sentido, o presente ensaio busca refletir sobre esses aspectos com o intuito de compreender as práticas integrativas e complementares em saúde, na intersecção entre educação, saúde e arte. No que tange ao seu desenvolvimento, num primeiro momento, apresentamos a temática da educação ético-estética em prol da saúde, visando realizar a intersecção desses dois campos, para que se possa pensar o ser humano em sua integralidade. Num segundo momento, com o intuito de valorizar tais reflexões, propomos uma articulação e um diálogo entre a temática sinalizada, a arte e o cuidado humanizado. Desse modo, aponta-se a arteterapia como recurso expressivo terapêutico no contexto das PICs, especialmente para as futuras ações pós-pandemia.

Educação ético-estética na saúde: o ser humano em sua integralidade

A complexidade da vida humana e das relações sociais exige que, cada vez mais, os profissionais da educação e da saúde se apropriem de conhecimentos técnicos e operacionais, mas não dissociados da ética, da estética e do cuidado. Nessa direção, as políticas de formação em saúde no Brasil vêm passando por profundas transformações e, no bojo desse movimento, pode-se apontar uma mudança de olhar para a constituição dos sujeitos em suas múltiplas dimensões.

Um destaque se pode fazer, de acordo com os estudos, as pesquisas e as ações desenvolvidas através do Núcleo de Educação e Produção Pedagógica em Saúde (EducaSaúde), coordenado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Esse núcleo está ancorado pelo projeto nacional para a capacitação de profissionais especialistas na saúde, cujas mudanças são resultado da reforma sanitária que se consolidou a partir das duas últimas décadas do século XX, período no qual foram incluídos na Constituição nacional os princípios e as diretrizes do SUS, bem como o rompimento com a racionalidade higienista e medicalizadora do processo de formação dos trabalhadores dessa área, cunhado pela via bio-reducionista e hipertecnificada. Nessa perspectiva, ainda hoje fazem

parte nos modelos de assistência e de gestão setorial em saúde, inspirados apenas nos domínios de saber das ciências biológicas. A partir do SUS, a organização do setor sanitário passou a reger-se por universalidade do acesso, integralidade da atenção, descentralização da gestão e participação da população com poder decisório (UFRGS, 2015, p. 45). Embora legítima na descrição dos fatores fisiopatológicos, tal racionalidade mostra-se incapaz de elucidação dos fatores singulares do adoecimento, da resposta terapêutica ou da adesão aos tratamentos.

Esses elementos, sem os recursos interpretativos das ciências sociais e humanas, permaneceriam desconhecidos e sem possibilidade de abordagem restabelecedora da saúde individual ou coletiva. Ainda na concepção desses estudos, aponta-se a contemplação de tais campos de saber como forma de atenção integral à saúde, noção que continua em construção, ensejando conceitos sucedâneos como os de linha de cuidado, apoio matricial, educação permanente, escuta pedagógica, projeto terapêutico singular, rede de conversação, tecnologias leves, residência integrada em saúde, entre outros.

De acordo com a UFRGS (2015, p. 25), a noção de educação que nos permite desdobrar dessa maneira os processos educativos em saúde é, portanto, bem mais ampla do que a de educação escolar e/ou educação profissional usualmente utilizada. Essa tônica, segundo tais premissas, acontece numa via de mão dupla, em que a cultura imprime no sujeito processos transformadores, ao mesmo tempo em que os sujeitos fazem cultura. E, nessa seara, culturas profissionais e institucionais de educação e saúde se inscrevem de diferentes maneiras no âmbito nacional. Nessa perspectiva, a educação desdobra-se, então, em processos de ensino e aprendizagem. Ambos os processos compõem nossa apreensão e nosso manejo das linguagens e dos códigos constitutivos das culturas com as quais se dialoga.

Ensinar e aprender supõe, então, entrar em determinados domínios de significação, e isso demanda tanto ensinar a ver, quanto (re/des)aprender a ver, com e a partir de determinados sistemas de significação e colocando esses mesmos sistemas à prova – desnaturalizando-os, entendendo-os como constelações de sentidos produzidos num determinado tempo e num determinado espaço. Nessa direção, é possível dizer que tudo aquilo que ensinamos, apre(e)ndemos e fazemos, nesse amplo campo da saúde, está ancorado em saberes e práticas parciais e provisórias, que resultam de disputas travadas em diversos âmbitos do social e da cultura (UFRGS, 2015, p. 27).

Compreender o exposto não é simples, pois exige uma mudança epistemológica direcionada a uma cosmovisão que integra educação e formação humana, como auxílio pedagógico à saúde, adotando um movimento de aproximar polaridades, relacionar parte e todo, enfatizando o processo de socialização e formação dos su-

jeitos em vários setores da experiência e da atividade humana, e também, segundo os estudos de Gallina (2017) implica refletir sobre o significado de formar gerações num contexto social plural e complexo, visto se tratar da inteireza humana para promoção da saúde individual ou social.

A discussão acerca da educação em contextos de pandemia, de acordo com Reis (2020, p. 1), não pode ignorar esse cenário de desigualdades socioeconômicas e raciais. Tampouco a cultura de privilégios – de raça, classe, território – que opera em benefício de alguns grupos e impede que transformações estruturais, coletivas e democráticas revertam a lógica de desumanização e de (des)vantagens em curso no país, seja revestida pelos contornos da meritocracia, seja na desconsideração da interseccionalidade como ferramenta imprescindível de análise das desigualdades educacionais. Nesse sentido, o autor reforça que:

A infecção generalizada causada pelo vírus, apesar da gestão da epidemia em diferentes escalas por parte dos países afetados e do monitoramento global, atingiu continentes e territórios de modo diferenciado. O coronavírus aprofundou ainda mais as linhas abissais entre grupos sociais, segmentos marginalizados e aqueles que têm o direito efetivamente ao isolamento social com dignidade, resguardados em seus domicílios e sem se expor ao risco alargado da contaminação. Mas não é só isso. A chance dilatada de adoecimento e morte, os obstáculos interpostos no acesso aos sistemas de saúde – sobrecarregados – e a intensificação dos riscos recaem, assimetricamente, aos segmentos mais vulnerabilizados da sociedade brasileira, que têm cor e classe social bem definidas. Populações negras, periféricas, ribeirinhas, quilombolas, ameríndias, alvos diletos do racismo institucional brasileiro, experimentam acentuada precarização das possibilidades de sobrevivência, devido ao deliberado abandono a que são relegadas. Precariedades social, laboral e sanitária que, imbricadas, expõem uma fratura social, exacerbada em territórios onde é latente a dificuldade de permanecer em isolamento social. Nesse sentido, a epidemia não tem nada de democrática (REIS, 2020, p. 2).

Faz-se, então, necessário considerar uma ressignificação da educação, que também construa saberes e práticas em saúde, a fim de que o sujeito possa se expressar, perceber-se em sua subjetividade para uma tomada de consciência de si. Ele também pode pensar e refletir, formulando os seus juízos e valores, porém, para isso, precisa tomar como objetos tanto o seu corpo quanto a sua mente, tornando-se sensível e inteligível.

Assim, objetiva-se, aqui, estabelecer um diálogo entre a ciência e outras formas de apreensão da realidade na tentativa de superação do racionalismo reducionista, destacando que essa superação não significa desconsiderar o paradigma anterior, mas, sim, não ficar preso à pretensão de uma única verdade, indo além dos pensamentos puramente lógicos.

Numa sociedade em transformação como a nossa, que demonstra a necessidade de se investir na educação, para que o ser humano tenha consciência de si, de seus direitos e deveres e das múltiplas possibilidades de sua participação cidadã, destaca-se a importância de uma experiência formativa que contemple a pessoa em sua singularidade, como também no aspecto social, pois se compreende que o sujeito se constrói, também, na relação com o outro e com o mundo. Daí a importância da família, da sociedade, da natureza e da cultura na formação de um sujeito multidimensional.

No momento em que uma criança recém-nascida é colocada nos braços dos pais, em paralelo com a evolução física no decorrer dos dias, meses e anos seguintes, existe o processo que, embora não tão visível nos tempos iniciais, é absolutamente determinante: o trilho que a levará a tomar o seu lugar no mundo. É essa procura que leva o bebê de meses a engatinhar, a criança de 3 anos a querer comer e tomar banho sozinha, o estudante do primeiro ano a soletrar, o pré-adolescente a formar um grupo de amigos, o adolescente a contestar tudo e todos, o adulto a questionar-se sobre o sentido de sua existência e o idoso, sobre sua finitude.

O desejo de autonomia é uma das grandes características que nos torna humanos, mas é uma via que se faz em dois sentidos: de nós em direção a quem nos rodeia, e destes para o nosso interior. Segundo Gallina (2015), quando essa convergência não acontece, pode-se apontar o fenômeno do empobrecimento da experiência formativa e humana pela redução da capacidade de refletir e de argumentar e, especialmente, da incapacidade de viver a vida como um acontecimento minimamente feliz, o que parece de significativa importância para a educação que se quer tornar crítica e produtora de uma condição humana mais significativa e saudável. Essa configuração é apontada por Mühl (2017, p.132), quando diz que a experiência formativa se torna fundamental para o desenvolvimento do sujeito emancipado, “enquanto que a não consideração da experiência transforma a educação em um instrumento de manipulação e de condicionamento que falsifica o próprio sentido da formação humana”.

Os seres humanos se encontram em abismos de perdas, incapazes de conviver no amor e na biofilia, segundo Strieder e Girardi (2019, p. 288), insistimos em permanecer praticamente cegos em termos éticos e ambientais, por negarmos que o mal-estar na contemporaneidade e os danos causados à antroposfera e à biosfera são nossas criações. Porém, ainda conforme os autores, mesmo vivendo numa configuração inconsciente de sentires relacionais, que negam a colaboração e o amar. Somos seres humanos com possibilidades para construir reflexões e ações éticas

conscientes e vivenciar a ternura como sendo nosso ser, vivenciar num conjunto social dedicado a colocar limites na agressividade, para que esta não se transforme em violência destruidora.

Sob a luz dos autores citados, somos instigados a dialogar sobre uma formação renovadora de educação para a saúde, que contemple a produção de subjetividades e intersubjetividades, evidenciando a urgência de um movimento dialético que possibilite pensar de maneira diferente, o que contemplaria a possibilidade de a ciência ressignificar-se, acolhendo aspectos até então cunhados no reduto da terapêutica e da espiritualidade. Contudo, não se tem a pretensão de afirmar que tal situação é necessidade específica do contexto atual. Entende-se o ser humano como espécie capaz de compreender a sua evolução e reconhecer o poder do pensamento vinculado à sensibilidade, e isso não é privilégio da contemporaneidade.

No decorrer da história, ciência e religião foram vistas como contraditórias, porém, como destaca Gallina (2015), a humanidade precisa, urgentemente, de reformas epistemológicas, sociais, ecológicas, econômicas, além de uma renovação espiritual, de modo que a sabedoria milenar, constante nos livros sagrados das religiões, e o conhecimento da ciência caminhem para um futuro sustentável, no qual o ser possa compreender o sentido e o significado da vida neste planeta.

Compreende-se também que, inerente ao processo de pensar-se de maneira diferente da qual se está acostumado, configura-se um cenário de expansão da consciência, um alargamento até “territórios mentais” inéditos. Isso sinaliza ares de tarefa difícil, levando em consideração a dualidade entre o universo material e mental humano que se instaurou na modernidade e que sentimos seus respingos ainda hoje. Para isso, os campos da educação e da saúde necessitam abrir espaço para a ampliação da consciência, fazendo interagir áreas do conhecimento hoje fragmentadas, com métodos capazes de estabelecer uma relação, parte e todo, capazes de promover autonomia ao sujeito, possibilitando a esse se reconhecer e se sentir parte do todo e o todo ao mesmo tempo. Nessa direção, Leloup (2019, p.56) comunica que estarmos em estado saudável “é sinônimo de salvação” e que os cuidados do corpo não excluem os cuidados da alma e do espírito humano:

O corpo não pode ser visto somente como um objeto, uma coisa ou uma máquina funcionando com defeito que seria mister “consertar”. Não; o corpo é um corpo “animado”. Não é um corpo sem alma; um corpo sem alma, não sendo mais “animado”, não merece o nome de corpo, mas de cadáver. Cuidar do corpo de alguém é prestar atenção ao sopro que o anima.

O terapeuta pode cuidar desse sopro que informa o corpo, uma vez que curar alguém é fazê-lo respirar, observar suas tensões que impedem a livre-circulação

do ar (sopro), ou seja, a plena expansão da alma num corpo. De acordo com Leloup (2019), caberá ao terapeuta a função de “desatar” esses nós da alma, esses obstáculos à vida e à inteligência criadora no corpo animado do ser humano. Nessa mesma direção, Marcelino (2019) aponta a necessidade de educar esse corpo e aprender a perceber seus sinais de maneira mais consciente; para que isso aconteça, é necessário desenvolver a sensibilidade, o agir e o pensar para a humanização do cuidado, de maneira mais terna e cuidadosa com corpo. Por isso, precisa-se repensar nossa forma de ser e de estar no mundo, considerando, para isso, o corpo para além de seus aspectos puramente materiais.

O corpo é a condição de nossa existência e representa para o ser humano um meio de comunicação; pelas diversas formas de estratégia textual, em especial nesse contexto – o gesto, a arte –, pode-se expressar a subjetividade, as emoções e até a espiritualidade. Por meio dessa matéria viva que chamamos de “corpo”, é possível, conforme Gallina (2015), estabelecer uma relação com a sensibilidade, capaz de revelar ao sujeito sua posição dentro do mundo e de si mesmo. A autora chama atenção também para a importância em prestar atenção na respiração, no relaxamento desse corpo e num direcionamento do sujeito em direção à reflexão sobre ser e estar no mundo. A atenção ao corpo físico é de suma importância, pois é ele, também, veículo que tornará possível o acesso para o mais profundo de nosso ser.

Cada passo nesse percurso tem que ser ajustado às necessidades singulares, porém muitas pessoas chegam à vida adulta sem conhecer algumas informações básicas a respeito de seu corpo e de sua mente. Sabendo que nosso corpo físico é dirigido por um complexo de sistemas que se inter-relacionam entre as camadas mais densas até as mais sutis, precisa-se mantê-lo sadio. Nesse sentido, é muito importante que se pratiquem atividades em que o corpo e a mente trabalhem juntos, intensificando a comunicação entre o cérebro e o resto do corpo. O autoconhecimento começa, também, na percepção e no cuidado com a nossa porção física.

Nesse processo, é preciso reconhecer também que o extermínio do meio ambiente e a decadência da cultura humana caminham de mãos dadas. Destaca-se, nesse sentido, a urgência de perceber que nós, seres humanos, somos a natureza e que, enquanto não houver esse despertar, hoje desconhecido ou reprimido, pouco se terá a fazer para conservar o planeta Terra. É evidente que temos um progresso técnico e científico, porém, sem um progresso ético-estético e ambiental equivalentes. Ciência, consciência e natureza precisam de um encontro que aponte esperanças para o ser humano, abrangendo desde a proteção dos mais humildes organismos até o reconhecimento sublime do espírito humano.

Uma possibilidade para pensar essa intersecção de ciência, consciência e natureza seria pensá-la na perspectiva de uma educação ético-estética. A educação ético-estética, se trabalhada em conjunto no processo de uma constituição de vida saudável, é uma alternativa, pois possibilita que o sujeito busque sua liberdade por meio da tomada de consciência. Nessa esteira, aponta-se a importância da arte e sua relação com as práticas integrativas e complementares, que vêm a contribuir numa mudança de paradigma na área da saúde.

Pensando a relação educação ético-estética em saúde pelo viés da arteterapia

A arteterapia é o uso da arte como base de um processo terapêutico e, de acordo com a União Brasileira das Associações de Arteterapia (UBAAT) (2020, p. 2), propicia resultados em um breve espaço de tempo; visa estimular o crescimento interior, abrir novos horizontes e ampliar a consciência do indivíduo sobre si e sobre sua existência; utiliza a expressão simbólica, de forma espontânea, sem se preocupar com a estética, através de modalidades expressivas como: pintura, modelagem, colagem, desenho, tecelagem, expressão corporal, sons, músicas, criação de personagens, dentre outras, mas utiliza fundamentalmente as artes visuais.

A palavra “terapeuta” vem do grego “*theraphéa*”, que significa servir, cuidar e ajudar. Finimundi (2008, p. 44) cita que o “arteterapeuta” tem o comprometimento com a arte de ajudar, deve ter conhecimentos básicos sobre arte, psicologia, educação e estar preparado com o uso das técnicas com as quais pretende trabalhar. O vínculo de confiança e empatia é fundamental para que o indivíduo se sinta seguro e capaz de comunicar, mediante imagens, as suas tristezas, dúvidas e ansiedades, muitas vezes silenciadas pelos limites verbais e pela repressão de seus pensamentos.

O papel do arteterapeuta é auxiliar no entendimento das imagens criadas pelo indivíduo em ação mental e, através dessa dinâmica, possibilitar a percepção para que possa ocorrer mudança de comportamento. Segundo a UBAAT (2020, p. 3), enquanto a arte-educação ensina técnicas de arte, a arteterapia possui a finalidade de propiciar mudanças psíquicas, assim como a expansão da consciência, a reconciliação de conflitos emocionais, o autoconhecimento e o desenvolvimento pessoal. A arteterapia tem também o objetivo de facilitar a resolução de conflitos interiores e o desenvolvimento da personalidade.

Há necessidades básicas humanas que diferem de acordo com os padrões físicos e psíquicos dos sujeitos e, também, com as mudanças socioambientais, de modo que o nível dessas demandas acompanhará a evolução das condições humanas.

Para tal, é preciso compreender o ser humano, mergulhando na matéria do corpo e na essência da alma, perceber o ser em sua inteireza, isto é, quando o exterior tem uma ligação simbiótica com o interior, conforme se viu até o momento. No entanto, nenhuma discussão sobre essa questão estaria completa sem um olhar para os conhecimentos teóricos e práticos refletidos de maneira concomitante.

Quanto ao sentido contemporâneo da palavra “terapia”, Paín e Jarreau (2001, p. 10) destacam que podemos verificar que ele evita o sufixo “psico”, como se a arte tivesse, por ela mesma, propriedades curativas. De nossa parte, consideramos que a dimensão “terapia” subentende, neste caso, aquela de “psico”, sem o qual nenhuma modificação duradoura do comportamento é considerada. O incluir implicitamente é também expandir o campo da prática, até então ocupado, quase exclusivamente, pela ação psiquiátrica.

A dinâmica da sessão está marcada por consignas e pelas condições materiais. A primeira corresponde ao livre-arbítrio e as outras às da necessidade. Paín (2021, p. 69) ressalta que, mesmo que a consigna for “façam o que quiserem”, a dificuldade em gozar dessa liberdade será rapidamente vivida como uma limitação e ainda mais conflituosa, porque, no ateliê, não há obrigação em querer alguma coisa, nem mesmo a cura. Os próprios materiais, ao impor suas leis e qualidades, não são neutros. Cada uma de suas propriedades torna-se altamente significativa para o sujeito, na medida em que este percebe que elas o ajudam ou o limitam às suas tentativas de expressão.

O processo terapêutico consiste em identificar os obstáculos encontrados nas diferentes etapas da criatividade e descobrir seu significado, admitindo que a forma e o conteúdo são inseparáveis. O ateliê, conforme Paín (2021), pode integrar uma instituição ou ser ele próprio uma instituição terapêutica. Geralmente, o seu funcionamento é um grupo, o que favorece uma troca particular de olhares e palavras, de limitações e diferenciações, bem como um exercício contínuo de compreensão do outro. A presença do terapeuta polariza a afetividade de cada um dos participantes, permitindo, assim, a comunicação e a circulação das emoções. Visto que hoje em dia a arteterapia é mais uma atividade que uma disciplina institucionalizada, convém definir quais são os conhecimentos e a cultura necessários para organizar um ateliê com fins terapêuticos. Eles pertencem a três campos: o da técnica das atividades plásticas, o da psicologia da representação e da psicanálise e, por último, o do domínio da arte, de sua significação e de sua história.

O ateliê arteterapêutico não se apresenta como um lugar de aprendizagem, onde se transmite conhecimento. Seria um erro acreditar que a expressão e os

meios utilizados para dar forma podem separar-se: a execução de uma obra é um trabalho de pesquisa cuja ressonância subjetiva é marcada pelos recursos usados para representá-la. De acordo com Paín (2021, p. 70), o estilo pessoal, que faz ressaltar as diferenças, facilitando a identificação, é um processo que compreende tanto a descoberta das possibilidades representativas como a sua prática através de múltiplas experiências, a fim de que estejam disponíveis para o uso e para as escolhas sucessivas. Para poder compreender o processo do paciente, para reconhecer os obstáculos que o impedem de criar os efeitos de espaço e luz que imagina, para definir o gesto ou a cor que falta ao equilíbrio de seu quadro, como um *lapsus linguae*, um erro gramatical, é necessário que o coordenador domine as regras mais gerais da representação figurativa. Essa capacidade, essencialmente técnica, só pode ser adquirida por uma prática pessoal e orientada.

Vale a pena comparar o processo arteterapêutico com o psicoterapêutico, para visualizar a importância do uso dos instrumentos artísticos na arteterapia. Para Paín (2021, p. 71), a psicoterapia também ocorre a um instrumento codificado, a língua, que ambos, analista e analisando, compartilham; se não houvesse esse código comum, o psicoterapeuta se veria obrigado a construí-lo previamente com o paciente e a determinar com ele suas regras de utilização. Nesse caso, o terapeuta deveria possuir um mínimo de referências sobre a estruturação da linguagem em geral, ou seja, ele deveria falar pelo menos uma língua. A prática artística não deve ser direcionada a um “estilo definido”, à “atenção flutuante”, que permite ao psicoterapeuta estar permeável a diferentes formas de expressão dos pacientes. Deve ser traduzida pela disponibilidade constante de ver as produções dos sujeitos, evitando impor soluções que respondam mais às próprias inquietudes artísticas que àquelas claramente colocadas pela dinâmica criativa do paciente.

Nesse sentido, Paín e Jarreau (2001, p. 11) reforçam que o trabalho de arteterapia orienta-se de acordo com várias tendências. As mais próximas da clínica psicoterápica consideram a atividade plástica como secundária, o efeito terapêutico sobrevém somente das trocas verbais em torno do conteúdo da obra. A expressão plástica é, então, utilizada como meio de ascender à comunicação verbal ou como única maneira de estabelecer uma comunicação. Mesmo que a representação gráfica e a modelagem sejam atividades completamente justificáveis em um processo psicoterápico, elas não nos parecem depender da arteterapia, porque os problemas à representação simbólica são ignorados nela. O objetivo terapêutico da atividade artística é, conforme as autoras, justamente tentar tirar o sujeito de seu delírio por intermédio da lei da matéria. De outro modo, uma tendência privilegia a organi-

zação do trabalho e o enquadramento que favorecem a estruturação consciente da representação.

Toda representação artística supõe uma atitude estética e um conjunto de hipóteses sobre a função que a construção das imagens e a comunicação simbólica desempenham na vida humana. Cada estilo compreende uma experiência plástica que responde aos grandes problemas humanos, apresentados por cada sociedade de forma distinta, os que permanecem ativos em relação aos indivíduos, e, como bem destaca Paín (2021, p. 73), a formação do arteterapeuta deve incluir uma reflexão sobre as questões estéticas, tanto na história como na arte e no pensamento atual. A autora também nos chama a atenção, reforçando que a arteterapia não é uma psicoterapia. O seu paciente não está em busca de um si mesmo, correndo o risco de ficar preso na superfície do espelho; a busca de sentido do *artistant* está orientada para o mundo onde ele criará um objeto capaz de ser visto, de captar a atenção do outro e de se tornar interessante. Assim como o *artistant* não é um artista, posto que definido pela instituição, o arteterapeuta não é um espectador comum, se pensarmos que ele é testemunha do que ocorre na sua presença, no momento da criação da obra.

No ateliê, o contexto e o olhar são suficientes para realizar o trabalho terapêutico, deixando o paciente encontrar-se, esquecer-se e surpreender-se no encanto que só ele pode encontrar na ausência de uma expectativa ansiosa. Em suma, a arteterapia é uma psicoterapia, segundo Paín (2021), porque analisa presencialmente os obstáculos que se interpõem à capacidade de tornar consciente aquilo que está no nosso inconsciente de modo mais original e anônimo, aquilo que se encontra distante dos hábitos e dos símbolos instituídos. Ela tenta harmonizar o sujeito com o mundo, sem afastá-lo daquilo que as instituições lhe impõem.

Na arteterapia, trabalha-se a percepção, a coordenação e a estimulação, que são meios seguros e propícios para o indivíduo atingir níveis de compreensão e cognição, que resultarão gradativamente na sua independência psíquica e emocional, auxiliando na estimulação da expressão, do desenvolvimento da criatividade, favorecendo o autoconhecimento, a percepção, o aumento da autoestima, a liberação das emoções, o entendimento do problema e a transformação pessoal. O processo de arteterapia, segundo Finimundi (2008), é, geralmente, dividido em três etapas: relaxamento (sensibilização), criação (processo de construção) e reflexão (entendimento da criação e simbolismo). O objetivo final da arteterapia nunca será o belo, mas a sensibilidade, a percepção de si mesmo.

Por essa via, as PICs trazem a oportunidade para que esses seres percebam suas dificuldades, suas patologias, e para que descubram que podem expressar seus medos e conhecer novas possibilidades em saúde por meio de intervenções não medicamentosas. Destaca-se, nesse sentido, que saúde é temática para todas as pessoas que queiram refletir sobre a vida e o bem-estar humano, não somente para os profissionais da área. Assim, cabe destacar que ser-estar bem ou mal depende da singularidade de cada sujeito. Barelli (2019, p. 89) esclarece essa definição:

Trata-se de um conceito subjetivo, que depende do que cada um considera “sentir-se bem”, ou “sentir-se mal”, e varia de pessoa para pessoa, sofrendo interferência cultural, religiosa, do meio em que cada um está inserido e da maneira como nos relacionamos com o mundo. Além disso, destaca que saúde e doença não são conceitos definitivos, nem opostos. Ambos se referem à sobrevivência, à qualidade de vida ou à própria produção da vida. Esse conceito singular de saúde é definido como “margem de segurança” que significa o poder de cada pessoa em tolerar e compensar as agressões do meio.

Ao considerar o exposto, relacionado a uma mudança paradigmática na educação para a saúde, somos motivados a uma aproximação com a arte, levando em consideração tanto os estudos e as pesquisas acadêmicas como nossas percepções do cotidiano. Nessa tessitura, compreende-se ser possível potencializar o desenvolvimento de processos expressivos e terapêuticos em vários setores da experiência e da atividade humana, tendo em vista o caráter de valorização da sensibilidade, da sociabilidade e da formação dos sujeitos como visto até então. Essa interação pode ser capaz de atar fios que, pouco a pouco, vão tecendo uma rede de inter-relações. Para costurar essa rede, conta-se com as PICs, que são atividades práticas e saberes relativos ao cuidado e ao processo de saúde-doença que vêm a complementar a medicina convencional.

Segundo Lima (2019, p. 8), a Organização Mundial da Saúde (OMS), desde 1979, apresenta tal proposta, fazendo essa articulação entre os tratamentos da medicina tradicional e da complementar, definindo-os como: “tratamentos baseados em crenças ou cultura, que incluem (ou não) utilização de ervas, partes de animais ou minerais e práticas diversas (yoga, acupuntura, terapias espirituais) não reconhecidas pela medicina convencional”. A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no SUS é transversal em suas ações e está presente em todos os níveis de atenção, prioritariamente na Atenção Primária à Saúde (APS). Dentre os seus objetivos, propõe-se a contribuir com o aumento da resolubilidade do sistema e a ampliação do acesso às PICs, garantindo qualidade, eficácia, eficiência e segurança no uso.

A importância e a eficácia na realização das PICs vêm sendo confirmadas ao longo dos anos através de pesquisas científicas reconhecidas nos âmbitos nacional e internacional. Para Soares *et al.* (2019, p. 28), desde a publicação da primeira portaria em 2006, que ofertou serviços e produtos da medicina tradicional chinesa/acupuntura, homeopatia, plantas medicinais e fitoterapia, termalismo social/crenoterapia e medicina antroposófica, bem como em 2017 e 2018, quando foram adicionadas portarias contemplando novas práticas, dentre elas, arteterapia, ayurveda, biodança, dança circular, meditação, musicoterapia, naturopatia, osteopatia, quiropraxia, reflexoterapia, reiki, shantala, terapia comunitária integrativa, yoga, aromaterapia, apiterapia, bioenergética, constelação familiar, cromoterapia, geoterapia, hipnoterapia, imposição de mãos, ozonioterapia, terapia de florais. Demonstra-se a potência que essas práticas envolvem através de tecnologias seguras e eficazes, o que, para os autores, configura-se numa abordagem holística com ênfase na escuta acolhedora e no cuidado que visam estimular, por meio de mecanismos naturais, a promoção da saúde.

Cabe mencionar também, nesse cenário, a Política Nacional de Saúde Mental do SUS atual, que, segundo Valladares-Torres (2016, p. 15), visa consolidar o atendimento aberto e de base comunitária, estruturado em variados serviços e equipamentos de cuidados em saúde. Na perspectiva da autora, a nova política em saúde mental, funcionando em rede integrada, fortalecida pela ampliação da capacidade resolutiva com base nos territórios, tem gerado melhoria na qualidade de vida dos usuários do serviço e dos trabalhadores.

Segundo os dados obtidos através do relatório de monitoramento das práticas integrativas e complementares em saúde nos sistemas de informação em saúde (BRASIL, 2020b, p. 11), o resultado da ampliação das PICs na APS é fruto do grande esforço de profissionais da rede de saúde, juntamente à gestão, para a disponibilização e a estruturação da oferta. O fortalecimento das PICs institucionalizadas pela PNPIC no SUS é essencial para sua consolidação. A possibilidade de registro das PICs de forma discriminada é um fator diferencial para reconhecer as práticas que têm sido ofertadas à população e estabelecer indicadores para mensurar seu impacto sobre a saúde e a potência de seu caráter complementar em contribuição para a resolutividade da APS, subsidiando assim a tomada de decisões para o planejamento em saúde.

Dados do ano de 2018, sugere, que as PICs estiveram presentes em 16.007 serviços de saúde do SUS, sendo 14.508 (90%) da Atenção Primária à Saúde (APS), distribuídos em 4.159 municípios (74%) - APS e média complexidade – e em todas as capitais (100%). Foram ofertados 989.704 atendimentos individuais, 85.518 atividades coletivas com 665.853 participantes e 357.155 procedimentos em PICs. Já parciais para o ano de 2019, as PICs estiveram presentes em 17.335 serviços de saúde do SUS, sendo 15.603 (90%) da Atenção Primária de à Saúde (APS), distribuídos em 4.296 municípios (77%) – APS e média e alta complexidade – e em todas as capitais (100%). Foram ofertados 693.650 atendimentos individuais, 104.531 atividades coletivas com 942.970 participantes e 628.239 procedimentos em PICs. De acordo com os dados parciais obtidos para o ano de 2019, as PICs foram ofertadas em 17.335 serviços da Rede de Atenção à Saúde (RAS) distribuídos em 4.297 municípios (77%), e em todas as capitais (100%). Houve um aumento de 16% (2.860) no quantitativo de serviços, comparando com 2017. Em 2019, as atividades coletivas somaram 104.531 registros com aumento de 314% comparado aos números de 2017 (BRASIL, 2020b, p. 12).

Porém, chama-se a atenção para o fato de que, embora a procura e a oferta das PICs tenham aumentado, isso não garantiu, segundo Silva *et al.* (2020, p. 20), que elas conseguissem conquistar espaço em pautas prioritárias da política de saúde brasileira. Nesse sentido, tornam-se importantes as ações governamentais capazes de produzir impacto nas práticas sociais, como também, cada vez mais, reflexões acerca dessas atividades.

Com o intuito de valorizar tais reflexões, articulando um diálogo entre a arte e o cuidado humanizado, aponta-se a arteterapia como prática a ser explanada. Segundo Gonçalves, Ormezzano e Tondo (2016, p. 11), a arteterapia permite trabalhar em diversas realidades e com diferentes pessoas, quando aplicada pelos envolvidos no processo de cuidar-se e cuidar do outro. Inscreve-se entre os processos terapêuticos de abordagem holística, tendência cada vez mais presente em escolas, centros de atenção psicossocial, empresas, presídios, hospitais e outras organizações. Nesse sentido, enfatiza-se que todo processo terapêutico é um processo que envolve a arte de escutar afetivamente e com equanimidade.

Destaca-se, assim, que arte, dentre tantas definições e usando-se de simplismo, pode se referir a processos criativos com finalidade de apreciação estética, ou referir-se ao conjunto de obras de um país, povo ou época, resultante da habilidade, da imaginação e da invenção do ser humano. Terapia, por sua vez, refere-se ao meio ou ao método usado para tratar determinada doença ou estado patológico, ou seja, indica um tratamento, uma terapêutica. Na congruência dos dois termos, entende-se arteterapia como processo expressivo terapêutico que se utiliza de recursos artísticos para o autoconhecimento e a promoção do bem-estar.

Dados da UBAAT (2020, p. 3) citam que Jung foi o primeiro a utilizar a expressão artística em consultório. Para ele, a simbolização do inconsciente individual e do cole-

tivo ocorre na arte. Na década de 1920, recorreu à linguagem expressiva como forma de tratamento e, para tanto, pedia aos clientes que fizessem desenhos livres, imagens de sentimentos, de sonhos, de situações conflituosas ou outras, e, segundo ele:

Os pensamentos e ideias esquecidos não deixaram de existir. Apesar de não poderem se reproduzir à vontade, estão presentes num estado subliminar – para além do limiar da memória – de onde podem tornar a surgir espontaneamente a qualquer momento, algumas vezes anos depois de um esquecimento aparentemente total. Refiro-me aqui a coisas que vimos e ouvimos conscientemente e que em medida esquecemos. Mas todos nós vemos, ouvimos, cheiramos e provamos muitas coisas sem notá-las na ocasião, ou porque a nossa atenção se desviou ou porque, para os nossos sentidos, o estímulo foi demasiadamente fraco para deixar uma impressão consciente. O inconsciente, no entanto, tomou nota de tudo, e essas percepções sensoriais subliminares ocupam importante lugar no nosso cotidiano. Sem percebermos, influenciam a maneira segundo a qual vamos reagir a pessoas e fatos (JUNG, 2019, p. 37).

Jung priorizava, de acordo com a UBAAT (2020, p. 3), a expressão artística e a verbal como componentes de cura, compreendendo-se essa terapêutica como um modo de trabalhar, utilizando a linguagem artística como base da comunicação. Sua essência é na criação estética e na elaboração artística em prol da saúde. Para isso, utiliza as diferentes formas de linguagem, plástica, sonora, dramática, corporal e literária, envolvendo técnicas de desenho, pintura, modelagem, construções, sonorização, musicalização, dança e poesia.

Zanin e Gallina (2017, p. 155) falam sobre a arte como terapêutica, destacando que essa consiste, na atualidade, em uma importante ferramenta para auxiliar na amenização de diversas problemáticas existentes em nossa sociedade e afirmam que seu vasto leque de técnicas e instrumentais viabiliza a possibilidade e a concretude de um trabalho diferenciado e, conseqüentemente, atrativo aos sujeitos, superando uma carência sentida e vivenciada nos dias atuais.

Congruente com esse pensamento, Dittrich (2018, p. 8) afirma que, por meio da criatividade na arte, o ser humano toma ciência de seu espírito e sua natureza, expressa sua maneira de ser no mundo, o que lhe possibilita construir o sentido existencial. Trata-se de viver o momento criativo, a experiência vivenciada, sem focar num produto final que seja validado pela esfera do social.

Conforme a intensidade e o grau de percepção da experiência criativa, ela leva ao encontro do sujeito consigo mesmo e com o outro, ao desenvolvimento da fantasia e do imaginário, a viver momentos de ressignificação e de percepção mais intensa e apurada, momentos de autoconhecimento e reconhecimento do outro. Enfim, são momentos criativos, intensos e significativos, de vivência plena do aqui/agora, integrando intuição, ação, pensamento e sentimento em processo de fruição, ou seja, o sentir/pensar/agir/criar de maneira integrada e fluída (MORAES, 2019/2020, p. 84).

Possibilitar aos sujeitos uma ontologia e uma epistemologia que harmonizem os contrários pode promover a compreensão do sentido de realidade dos sujeitos em seu trajeto antropológico existencial², a partir da possibilidade de conjunção entre educação e estética, onde se abre tempo-espço para a expressão daquilo que é reprimido pela lógica instrumental.

Desse modo, Silva (2016, p. 39) destaca que podemos acessar as formas contemporâneas da pluralidade conceitual e da racionalidade das obras de arte e só um modo de vida plural e complexo criaria a força expressiva, que se deslocaria como força vivificadora da educação. Para isso, a educação precisa voltar-se para si mesma, ao mesmo passo em que se abre na direção do “outro”.

A beleza ou o seu sentimento origina-se nos domínios do sensível, esse vasto reino sobre o qual se assenta a existência de todos nós, humanos, reino, contudo, desprezado e até negado pela forma reducionista de atuação da razão, segundo os preceitos do conhecimento moderno. Para Duarte Jr. (2006, p. 54), o inteligível e o sensível vieram, pois, sendo progressivamente apartados de si mesmos, considerados setores comunicáveis da vida, com toda a ênfase recaindo sobre os modos lógico-conceituais de se conceberem as significações. No entanto, em larga medida, a nossa atuação cotidiana se dá com base nos saberes sensíveis dos quais se dispõem, na maioria das vezes, sem nos darmos conta de sua importância e sua utilidade. Movemo-nos, segundo o autor, entre as qualidades do mundo, constituídas por cores, odores, gostos e formas, interpretando-as e delas nos valendo para as ações, ainda que não cheguemos a pensar sobre isso, mas que por meio da arte podem ser expressos.

Nesse sentido, Moraes (2019/2020, p. 93) reforça que “a criatividade, como vivência de um processo fenomenológico transdisciplinar é, portanto, fruto de uma tessitura complexa, relacional, auto e coorganizadora, emergente e transcendente, tecida nos interstícios das vivências de um ser sensível-cultural e espiritual, consciente-inconsciente”; nessas tramas dos saberes e na pluralidade de percepções e significados emergentes, a partir de uma dinâmica complexa que acontece entre os diferentes níveis de materialidade do objeto e os diferentes níveis de percepção do sujeito, dá-se também a compreensão do existir.

Segundo essas premissas, não apenas os aspectos cognitivo-emocionais, mas também os pensamentos simbólico, mítico, mágico, intuitivo, bem como a dimensão espiritual, são importantes para o processo de ação e de atuação nas PICs, por isso essa lógica de saber contempla tantas outras atividades promotoras de bem-estar, geradoras de saúde. Nesse sentido, todas essas dimensões se manifestam no ato

criativo e curativo e se revelam a partir de uma alquimia processada também na zona do inconsciente coletivo, do arquetípico, do imaginário, dos *insights* que afloram e da consciência que se renova.

Um grande desafio que se apresenta, com base nessas reflexões, será propor um novo olhar que contemple o cuidado humanizado, realizando atividades planejadas e organizadas de acordo com as pessoas que serão atendidas, respeitando suas características singulares e a origem de seus contextos, bem como oferecer um espaço físico harmonioso, arejado, limpo e adequado para os atendimentos, estando os terapeutas abertos à escuta dos sujeitos e, principalmente, às significações que eles próprios atribuem ao processo expressivo.

Marcelino (2019) reforça-nos os aspectos supracitados e acrescenta que, na articulação arte e corpo, pode-se ter a oportunidade de propor e de usar ferramentas como a humanização, a sensibilidade, a ética, a estética, dentre outras, que poderão servir de dispositivos libertadores dos mecanismos de imposição e de controle corporal, social, educacional e cultural. Acredita-se que uma vida mais sensível, provida de ternura por si e pelo outro, ofereça melhor qualidade ao viver, sendo imprescindível, também, enfatizar a importância de sempre seguir pelo viés de uma conduta ética e profissional em todos os contextos, somando-se a isso a necessidade de fazer do processo de formação a contemplação e a atuação do viver saudável.

Assim sendo, os processos artístico-terapêuticos e suas interfaces com as PICs podem auxiliar, sem a pretensão de substituir a medicina convencional, possibilitando o relaxamento, o alívio de dores e tensões, uma vez que as pessoas que passam por esse processo podem expressar suas angústias e ansiedades, contar suas histórias de maneira simbólica e significativa, fortalecendo laços intersubjetivos e sociais, reduzindo, assim, o uso de medicamentos e suas reações adversas, melhorando, por conseguinte, o bem-estar dos atendidos.

Considerações finais

As reflexões suscitadas e articuladas às teorias aqui propostas apontam na direção de que o bem-estar e o bem-viver são veículos promotores de saúde e possibilitadores de melhor adequação social. Porém, para que tal estado seja alcançado, os seres humanos necessitam, dentre tantos outros aspectos subjetivos, que não puderam ser contemplados nessa reflexão, conhecer-se e atingirem autonomia. Nessa direção, afirma-se a necessidade de uma ruptura com um objetivismo e racionalismo que, ao longo dos tempos, sustentou a ideia de que o sujeito não é parte

potencial no processo de aquisição de conhecimento, bem como com um subjetivismo cunhado na perspectiva de que o meio não contribui para fecundar significados.

O advento da saúde, pensado a partir do cuidado humanizado e de um olhar que contemple os sujeitos em sua multidimensionalidade, corpo físico-psíquico-espiritual-socioambiental, parece convergir com o contexto plural e complexo no qual se vive atualmente. Assim, destaca-se a importância de se incentivar e reconhecer ações com premissas contempladoras de uma razão-sensível, como é o caso das PICs. Desse modo, o exercício prático não pode ser pensado e desvinculado da teoria, ambos, dimensões articuladas que podem criar um movimento de aprendizagem, autoconhecimento, transformação.

Da experiência dialógico-reflexiva, ressalta-se também a arte, recurso expressivo-terapêutico, como instrumento de grande valor, para que os conteúdos do inconsciente encontrem terreno fértil e acolhedor na congruência de uma tomada de consciência capaz de conduzir o humano em sua trajetória existencial, destacando que a eficácia dessas atividades depende em grande parte de uma ótima organização dos fatores externos e de uma conduta ético-estética dos profissionais envolvidos.

Por todos os apontamentos feitos, coloca-se a relação entre educação ético-estética e saúde como pauta a ser ainda mais explanada, tendo em vista que tais reflexões serão sempre aproximações do real, nunca uma tentativa de reduzi-las a uma sistematização conceitual, especialmente em meio a esse cenário pandêmico, no qual teremos que enfrentar as suas consequências biopsicossociais, nos mais diversos contextos.

A pandemia da Covid-19 é a expressão de uma crise global, sanitária, econômica e social excepcional, e, segundo Dardot e Laval (2020), poucos acontecimentos históricos podem ser comparados a ela, pelo menos na escala das últimas décadas. Trata-se de uma provação no duplo sentido da palavra: dor, risco e perigo, por um lado; teste, avaliação e julgamento, por outro. O que a pandemia está testando é a capacidade das organizações políticas e econômicas de lidar com um problema global vinculado à interdependência dos indivíduos, ou seja, algo que afeta de uma forma básica a vida social de todos. Como uma distopia que se torna realidade, o que estamos experimentando agora revela aquilo que, com as mudanças climáticas em curso, aguarda a humanidade em poucas décadas, se a estrutura econômica e política do mundo não mudar muito rápida e radicalmente.

Nesse sentido, as ações pós-pandemia poderão também servir para reforçar a utilização das PICs e direcioná-las, quiçá, para um novo olhar, em que a vida

possa ser sentida, percebida e vivida de maneira consciente, e não simplesmente como um objeto de uso para o trabalho e para o consumo, e que essas experiências possam ser significativas e provedoras de sentidos, somando-se à necessidade de fazer da formação humana um processo de ativação de novos dispositivos, capazes de promover novas formas de viver mais humanizadas e mais sensíveis.

Notas

- ¹ Em 22 de janeiro de 2020, foi ativado o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública para o novo Coronavírus (COE-nCoV), estratégia prevista no Plano Nacional de Resposta às Emergências em Saúde Pública do Ministério da Saúde. O novo coronavírus (2019-nCoV) é identificado como a causa de um surto de doença respiratória detectado pela primeira vez em Wuhan, China (BRASIL, 2020a, p. 5).
- ² Santin (2014, p. 157-158) conceitua corporeidade, numa definição ampla, como sendo uma ideia abstrata de corpo, de ser corpóreo. No pensamento grego, tal conceito é expresso no sentido de *soma* ou *somático*. Para os gregos, *soma* designa o que é material, em oposição a *psyqué* ou *psíquico*. As culturas latina e cristã reforçaram essa significação ao entender a *corporalitas* como aquilo que é de natureza material ou, simplesmente, materialidade, radicalmente oposta à espiritualidade. Nesse sentido, portanto, corporeidade diz respeito a tudo o que é material, porque todo ser material se manifesta como corpo.
- ³ Essa afirmação está ancorada nos resultados obtidos com a pesquisa de doutoramento em Educação de Franciele Silvestre Gallina (2017), pelo PPGEdU-UPF, em que desenvolveu oficinas educativas estéticas com profissionais da educação e saúde pública da região norte do Rio Grande do Sul, bem como com profissionais liberais, apoiando-se nas estruturas antropológicas do imaginário propostas por Gilbert Durand e na antropologia essencial de Jean Yves Leloup.

Referências

BARELLI, Cristiane. Imaginário, símbolos e mitos: a leitura de fotografia no cuidado em saúde. In: ORMEZZANO, Graciela. *Imagens e subjetividades*. Curitiba: Appris, 2019. p. 87-118.

BUTLER, Judith. *O capitalismo tem seus limites*. Trad. Artur Renzo. 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/20/judith-butler-sobre-o-covid-19-capitalismo-tem-seus-limites/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC)*. 2019. Disponível em: <http://saude.gov.br/acoes-e-programas/politica-nacional-de-praticas-integrativas-e-complementares-ppnic>. Acesso em: 04 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Protocolo de manejo clínico para o novo coronavírus (2019-nCoV)*. Biblioteca Virtual em Saúde, 2020a. Disponível em: www.saude.gov.br/bvs. Acesso em: 24 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Relatório de Monitoramento Nacional das Práticas integrativas e Complementares em saúde nos Sistemas de Informação em Saúde*. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2020b. Disponível em: www.saude.gov.br/bvs. Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso*. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. 2. ed. 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A prova política da pandemia. In: DOSSIÊ Boitempo Covid-19. São Paulo: Boitempo, 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/26/dardot-e-laval-a-prova-politica-da-pandemia/>. Acesso em: 27 mar. 2020.

DITTRICH, M. G. *Arte e criatividade, espiritualidade e cura: a teoria do corpo-criante*. Blumenau, SC: Nova Letra, 2018.

DUARTE JR., João Francisco. *O sentido dos sentidos a educação (do) sensível*. 4. ed. Curitiba: Criar Edições, 2006.

FINIMUNDI, Maria Regina Loch. *Arteterapia, educação e saúde*. Caxias do Sul: Gráfica Paulus, 2008.

GALLINA, Franciele Silvestre. *Alquimia do ser: processos educativos estéticos na busca do equilíbrio biopsico espiritual*. Saarbrücken: Omni Scriptum, 2015.

GALLINA, Franciele Silvestre. *Educação estética, artes e imaginário: uma jornada arquetípica na transformação de sentidos existenciais*. Tese (Doutorado em Educação) – PPGEDU, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2017.

GONÇALVES, Carla Beatrice Crivellaro; ORMEZZANO, Graciela; TONDO, Talissa. Apresentação da obra. In: GONÇALVES, Carla Beatrice Crivellaro; ORMEZZANO, Graciela; TONDO, Talissa (org.). *Práticas integrativas na rede de atenção psicossocial: humanização e arteterapia*. Passo Fundo: UPF, 2016. p. 12-14.

JUNG, Carl G. *O homem e seus símbolos - concepção e organização*. Trad. Maria Lúcia Pinho. 3. ed. Especial Brasileira. Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2019.

LELOUP, Jean-Yves. *Cuidar do ser: Fílon e os terapeutas de Alexandria*. 1. reimpr. São Paulo: Vozes, 2019.

LIMA, Lury. *Análise das práticas integrativas e complementares no contexto da atenção básica*. TCC (Graduação em Psicologia) – Instituto Saúde e Sociedade, USP, São Paulo, 2019.

MARCELINO, Patricia Carlesso. *Humanização e sensibilidade: educação e uso do corpo em Giorgio Agamben*. Tese (Doutorado em Educação) – PPGEDU, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019.

MORAES, Maria Cândida. Espiritualidade, arte e educação: novos desafios para a formação do arteterapeuta. *Revista Flecha do Tempo*, São Paulo, n. 1, p. 71-102, set. 2019/fev. 2020. Disponível em: <http://flechadotempo.nemesscomplex.com.br/index.php/flechadotempo/article/view/311>. Acesso em: 27 jun. 2020.

MÜHL, Eldon Henrique. Formação pedagógica: educação, barbárie e experiência formativa. In: TREVISAN, Amarildo; TOMAZETTI, Elisete Medianeira; ROSSATTO, Noeli Dutra. *Filosofia e educação: ética, biopolítica e barbárie*. Curitiba: Appris, 2017. p. 115-134.

PAÍN, Sara. *Os fundamentos da arteterapia*. Trad. Gisele Unti. 5. reimpr. Petrópolis: Vozes, 2021.

- PAÍN, Sara; JARREAU, Gladis. *Teoria e técnica da arteterapia – a compreensão do sujeito*. Trad. Rosana Severino Di Leone. 2. reimpr. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- REIS, Diego dos Santos. Coronavírus e debates educacionais: reposicionado o debate. *Revista Olhar de Professor*, Ponta Grossa, v. 23, p. 1-5, 2020. Disponível em: <http://www.uepg.br/olhar-deprofessor>. Acesso em: 15 ago. 2020.
- SANTIN, Silvino. Conceito de Corporeidade. In: GONZÁLEZ, Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo (org.). *Dicionário crítico de educação física*. 3. ed. rev. e ampl. Ijuí: Unijuí, 2014. p. 157-158.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. Almedina: Coimbra, 2020.
- SILVA, Alex Sander da. O ético, o estético e a educação: uma relação inevitável. In: RAJOBAC, Raimundo; BOMBASSARO, Luiz Carlos; GOERGEN, Pedro (org.). *Experiência formativa e reflexão: homenagem a Nadja Hermann*. Caxias do Sul: Educus, 2016. p. 39-46.
- SILVA, Gisléia Kândida Ferreira da *et al.* Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares: trajetórias e desafios em 30 anos do SUS. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 1-25, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-73312020300110>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- SOARES, Daniele Pereira *et al.* Fatores intervenientes das práticas integrativas e complementares em saúde na atenção básica pelos enfermeiros. *Revista de Enfermagem e Atenção à Saúde*, v. 8, n. 1, p. 93-102, jan./jul. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18554/reas.v8i1.3544>. Acesso em: 27 jun. 2020.
- STRIEDER, Roque; GIRARDI, Araceli. Biologia do Amar: pistas para recriar sensibilidade humana e ambiental. *Revista Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 26, n. 1, p. 282-300, 2019. Disponível em: www.upf.br/seer/index.php/rep. Acesso em: 27 jun. 2020.
- UNIÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE ARTETERAPIA (UBAAT). *Arteterapia*. 2020. Disponível em <https://www.ubaatbrasil.com>. Acesso em: 22 jul. 2020.
- UFRGS. Núcleo de Educação, Avaliação e Produção Pedagógica em Saúde (EducaSaúde). *Material de Apoio Didático do Curso de Especialização em Docência na Saúde*. Porto Alegre: UFRGS/EducaSaúde, 2015.
- VALLADARES-TORRES, Ana Cláudia. Prefácio da obra. In: GONÇALVES, Carla Beatrice Crivellaro; ORMEZZANO, Graciela; TONDO, Talissa (org.). *Práticas integrativas na rede de atenção psicossocial: humanização e arteterapia*. Passo Fundo: UPF, 2016.
- ZANIN, Daiane; GALLINA, Franciele. Ressignificando papéis: processos arteterapêuticos no Cras. In: ORMEZZANO, Graciela; DITTRICH, Maria Glória; WOSIACK, Raquel M. Rossi. *Arteterapia, imagem e aspectos psicossociais*. Passo Fundo: UPF, 2017. p. 155-179.